



A PRÁTICA PEDAGÓGICA INTERDISCIPLINAR EM GEOGRAFIA: O DESAFIO DE UMA ABORDAGEM CONTEXTUALIZADA NA CONTEMPORANEIDADE

Gláucia Barradas dos Santos (1); Cirleide Ribeiro dos Santos (1); Dirno Vilanova da Costa (2);
Laianne de Sousa Miranda Braga (3); Hellen Cristina de Oliveira Alves (4)

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, email: glauciabarradas@ifpi.edu.br; Unidade Escolar rosa Teixeira de Castro, email: cir.lei.di.nha@hotmail.com; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia IFPI, dirnovilanova@gmail.com; Faculdade Integrada do Brasil – FAIBRA, email: mirandalaianne@gmail.com; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI, email: hellencriss@gmail.com

Resumo:

A prática pedagógica interdisciplinar e contextualizada em Geografia, tornou-se nas últimas décadas uma preocupação e objeto de estudos por parte de pesquisadores e estudiosos em educação com o intuito de entender por que a ciência geográfica é vista por alguns discentes como uma disciplina desinteressante, monótona, decorativa e sem muita importância. O referido trabalho com o título: A Prática Pedagógica Interdisciplinar no Ensino de Geografia: o desafio de uma abordagem contextualizada na contemporaneidade, parte dessa problemática citada acima e propõe uma discussão sobre a importância da formação de um professor de Geografia capaz de despojar –se dos velhos paradigmas que o prende ao método tradicional. O objetivo desse trabalho é refletir sobre a prática pedagógica do professor nos dias atuais ao tempo em que percebeu-se que esta deve ser voltada, não apenas para a transmissão de conteúdos das unidades temáticas presentes no livro didático, mas se trata de uma formação autônoma e que proporcione ao discente a capacidade de perceber tudo o que está em sua volta e a partir dessa percepção, o mesmo possa construir seus conceitos. A metodologia adotada foi pesquisa bibliográfica a partir de leituras de livros e artigos. Portanto buscou -se compreender como a Prática Pedagógica Interdisciplinar e a contextualização de temáticas contemporâneas locais, regionais ou globais são trabalhadas pelos professores nas escolas da educação básica e os desafios que estes enfrentam no exercício da docência.

Palavras – chave: interdisciplinaridade, prática pedagógica, contextualização

INTRODUÇÃO

O presente trabalho com o título “Prática Pedagógica Interdisciplinar em Geografia: o desafio de uma abordagem contextualizada na Contemporaneidade visa compreender como a Prática Pedagógica Interdisciplinar e a contextualização de temáticas contemporâneas locais,



regionais ou globais são trabalhadas pelos professores nas escolas da educação básica. Este trabalho é de grande relevância para os docentes e os especialistas em educação com o intuito de identificar quais os tipos de situações de aprendizagem inovadoras são eficazes para garantir o ensino de conteúdos e temas de forma integrada com temáticas global ou local transformando-os no centro das discussões em sala de aula pelos professores das diversas disciplinas.

O mesmo busca refletir sobre a necessidade do professor contextualizar em sala de aula alguns problemas presentes no meio em que os discentes estão inseridos de forma que possam ser problematizados, observados e discutidos, possibilitando uma formação cidadã sensível e crítica acerca da referida problemática, quanto à relevância científica o estudo além de fomentar a pesquisa no espaço escolar propõe uma práxis pedagógica que necessita de conhecimentos de forma abrangente e para que isso ocorra faz-se necessário um trabalho aprofundado e contínuo de leituras e estudo sobre o as outras áreas do conhecimentos , o que fará como que o docente exercite no seu cotidiano o estudo, a pesquisa e a extensão pilares estes que garantem êxito no processo ensino – aprendizagem.

Essas reflexões apresentadas no trabalho se apresentam da seguinte maneira em duas sessões: na primeira faz-se uma abordagem sobre a prática pedagógica interdisciplinar contextualizada e os seus desafios e em segundo momento apresentamos uma reflexão sobre a formação docente no ensino superior, nos cursos de bacharelado e de licenciatura. Quanto à metodologia utilizada trata-se de uma pesquisa bibliográfica.

PRÁTICA PEDAGÓGICA INTERDISCIPLINAR CONTEXTULIZADA E OS SEUS DESAFIOS

Na tentativa de identificar os pontos que limitam o exercício de uma prática pedagógica interdisciplinar e capaz de fazer abordagem contextualizada de temas contemporâneos, partiremos dos seguintes questionamentos: Quais são as metodologias de ensino de Geografia mais utilizadas na contemporaneidade? Qual é a formação dos professores lotados com Geografia? Como a disciplina de Geografia é vista por algumas pessoas? O que fazer para inovar as aulas de Geografia? A ciência geográfica deve ser responsável por levar o indivíduo a fazer a leitura da espacialidade contemporânea e todas as mudanças resultantes da mudança nos padrões de produção, alterações nos tipos de trabalho, nos contratos, nas rotinas estabelecidas e nas demandas de estrutura



ocupacional no mundo globalizado com destaque para os papéis da informação e do conhecimento. Sobre isso Eatébenez (1996): a globalização não deve ser tratada como um fenômeno global completo e homogêneo.

Sobre os Formação de um profissional capaz de acompanhar as mudanças no mundo contemporâneo Fernandez (2002) afirma que *essa formação deve aspirar a permanecer em um mundo onde tudo muda*. No que diz respeito a necessidade de mudar e inovar na prática pedagógica Bordenave e Pereira (2008, p. 303) afirmam que “[...] o professor que resolve modificar seus métodos de ensino, ou o diretor de uma faculdade que decide promover mudanças nos métodos de ensino, é uma pessoa que compreende o valor e a necessidade de inovação [...]”. Os autores citados alertam sobre a possibilidade de resistências por parte de alguns professores, pois para inovar é preciso estar disposto a mudar as metodologias empregadas em sala de aula e sair da zona de conforto na qual está instalado e isso demanda tempo para planejamento e organização das atividades, o que para os autores pode representar o início de situações de conflitos no interior da escola com alguns colegas que resistem à inovação.

Sobre a possibilidade do professor lograr êxito numa proposta pedagógica de inovação metodológica, Bordenave e Pereira (2008) ainda argumentam que:

O êxito na introdução de uma inovação metodológica depende em grande parte do prestígio e competência do professor, do apoio das autoridades, da receptividade dos colegas e da colaboração dos alunos. Mas também depende da estratégia que o professor emprega para introduzir a inovação (BORDENAVE; PEREIRA, 2008, p. 306).

Corroborando com essa discussão sobre a necessidade de um professor inovador com métodos com uma prática docente que busque a interdisciplinaridade e a contextualização das temáticas presentes no livro didático Alves (1982) defende que:

O educador, pelo menos o ideal que minha imaginação constrói, habita um mundo em que a interioridade faz a diferença, em que as pessoas se definem por suas visões, paixões, esperanças e horizontes utópicos. O professor ao contrário, é funcionário de um mundo dominado pelo Estado e pelas empresas. É uma entidade gerenciada, administrada segundo a sua excelência funcional, excelência esta que é sempre julgada a partir dos interesses do sistema (ALVES, 1982, p. 19).



Para Freire (2014) é preciso do ponto de vista do professor, o que implica:

O respeito ao senso comum no processo de sua necessária superação quanto o respeito e o estímulo à capacidade criadora do educando. Implica o compromisso da educadora com a consciência crítica do educando, cuja “promoção” da ingenuidade não se faz automaticamente (FREIRE, 2014, p. 31, grifo do autor).

Portanto não há como se discutir educação nos dias atuais sem evidenciar a necessidade de uma prática pedagógica interdisciplinar inovadora capaz de provocar mudanças na práxis docente no comportamento e nas atitudes do aluno e em todos os sujeitos envolvidos no âmbito escolar.

Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007) afirmam que a interdisciplinaridade se revela necessária ao mundo atual, por apresentar inovação no processo ensino aprendizagem e por necessitar da integração dos diferentes agentes que constituem o processo educacional (Estado, comunidade, escola e professores). Ao tempo em que alertam de que a interdisciplinaridade não deve ser vista como a resolução de todos os problemas educacionais. Acredita-se que para o professor de geografia lograr êxito através de uma prática pedagógica interdisciplinar o mesmo seja capaz de trabalhar a pesquisa contínua sobre as outras áreas do conhecimento associando às temáticas locais buscando a integralização entre as unidades temáticas propostas no livro didático pertinentes à educação e à contextualização dos conteúdos.

Quanto ao conceito de contextualização o PCNEM (BRASIL, 1998) diz que:

são recursos complementares para ampliar as inúmeras possibilidades de interação entre disciplinas e entre as áreas nas quais disciplinas venham a ser agrupadas. Juntas elas se comparam a um trançado cujos fios estão dados mas cujo resultado final pode ter infinitos padrões de entrelaçamento e muitas alternativas para combinar cores e texturas (BRASIL, 1998, p. 45)

A contextualização na escola não deve ser entendida como uma forma de abarcar todas as disciplinas e unificá-las, mas como um jeito de trabalhar a interdisciplinaridade evitando o isolamento de disciplinas por áreas, e assumir que todo conhecimento envolve sujeito e objeto e retirar o aluno da condição de espectador passivo.

A contextualização no ensino de Geografia é de relevância porque oportuniza a discussão de situações e conhecimentos preexistentes pelo aluno, além de permitir ao docente se colocar como



facilitador do processo ensino aprendizagem contribuindo para que estes conhecimentos sejam ressignificados. Segundo Rodrigues e Amaral (1996 apud Kato e Kawasaki, 2010), dizem que:

contextualizar o ensino significa trazer a própria realidade do aluno, não apenas como ponto de partida para o processo de ensino e aprendizagem, mas como o próprio contexto de ensino. Analisam criticamente este princípio nos cursos de formação de professores, buscando as possíveis origens deste discurso e procurando compreender o conceito de “realidade” que está envolvido nesta tradição de ensino Amaral (AMARAL, 1996 apud Kato e Kawasaki, 2010, p. 37)

Corroborando com esse pensamento Pontuschka (2007), diz que para uma aprendizagem ser significativa, faz-se necessário refletir sobre a interação entre os diferentes saberes que resultará no saber a ser ensinado e que tem o professor como intermediador desse processo. Sendo assim, fica evidente que para a maior eficiência da práxis pedagógica o docente deve valorizar os saberes preexistentes do aluno sobre seu meio, estes deverão ser somados aos saberes do professor ressignificando estes saberes e contribuindo para um novo saber científico.

Sobre uma educação contextualizada Gadotti (2005) diz que esta deve não só preparar para o mercado de trabalho e da produção, o autor defende que a educação contextualizada deve *‘valorizar a diversidade cultural, a garantia para a manifestação étnicopolítico e cultural das minorias étnicas, religiosas, políticas e sexuais, a democratização da informação e a redução do tempo de trabalho, para que todas as pessoas possam participar dos bens culturais da humanidade’* (GADOTTI, 2005:10).

NORMATIVAS PARA A FORMAÇÃO SUPERIOR: BACHARELADO E LICENCIATURA

A formação de professores em especial ao de Geografia se constitui numa questão central no contexto mais amplo da educação brasileira. E por esta razão vem sendo um dos objetos que mais se discute na atualidade, contemplando como integrantes dessa discussão acadêmicos, entidades científicas e profissionais dessa área, propondo uma um aprofundamento da reflexão acerca da natureza e objetivo dos cursos desses profissionais, pois ao analisar o seu contexto histórico, torna-se comprovativo o que Vesentine (2004), afirma: “Muito antes de existirem geógrafos, já existiam professores de geografia”. Diante da proposta apresentada tomou-se como ponto inicial a compreensão sobre a formação do profissional de geografia através da historicidade da geografia



enquanto ciência. Onde Brito (2011, p. 136) afirma que: Várias são as concepções sobre como devem ser os cursos de formação de professores, principalmente no que se refere ao modelo de profissional que se pretende formar, pois dependendo de quais concepções são adaptadas nos currículos, teremos um profissional distinto sendo formado e, a partir daí, uma didática prática distinta e capaz de formar não somente um determinado grupo, mas sim um a mais gerações.

Sobre este ponto, a formação do educador deve ser sempre discutida, pois se queremos uma escola de qualidade é necessária uma qualificação e formação contínua de nossos profissionais docentes para que se alcance este patamar, o mesmo em sua visão perante a sociedade deve-se colocar como o propulsor da transformação social, ou seja, “ o fio condutor”, participando do desafio principal que é fazer com que seus alunos construam uma visão político-social em seu meio, mas para que ocorra prosseguimento nesse aspecto é preciso que o professor esteja apto a desenvolver o objetivo dia após dia, para colher resultados promissores

Normativas para o ensino superior: Bacharel e a Licenciatura. Compreende-se o processo de formação do profissional docente em Geografia, cabe agora entendermos como o ensino superior em geografia está pautado. Em conformidade com o parecer CNE/CES 492/2001, a geografia enfrenta um processo 28 evolutivo nas últimas décadas, e por haver uma necessidade de busca à compreensão da realidade tanto espacial, quanto natural e humana, e está em buída de um entendimento não fragmentado, mas como uma totalidade dinâmica, coloca-se o nível da formação no mesmo patamar, ou seja, exige que estes novos profissionais estejam aptos a enfrentar desafios implantados pela nova sociedade, características estas atribuídas tanto para os geógrafos-pesquisadores (técnico e planejador), como também para o geógrafo- professor do ensino fundamental, médio e superior. Com base neste parecer, as instituições que disponibilizarem o curso em geografia devem alcançar o perfil do formando sob a seguinte forma, os mesmos devem compreender os elementos e processos concernentes ao meio natural e ao meio construído, com base nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da Geografia, dominar e aprimorar as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico.

Quanto às competências e habilidades, citaremos alguns objetivos que é de necessidade para a formação: Gerais: identificar e explicar a dimensão geográfica presentes nas diversas manifestações do conhecimento; Articular elementos empíricos e conceituais, concernentes ao conhecimento científico dos processos espaciais (...). Específicos: Identificar, descrever,



compreender, analisar e representar os sistemas naturais; Identificar, descrever, analisar, compreender e explicar as diferentes práticas e concepções concernentes ao processo de produção do espaço, entre outros. Quanto à organização do curso, os colegiados das instituições poderão estruturar em quatro níveis de formação, o primeiro de bacharéis, o segundo aplicada profissional, o terceiro docentes, o quarto e último de pesquisadores. Cujas organização deve seguir critérios tais como: modular, por créditos ou seriada.

O curso de licenciatura deverá ser orientado por estas diretrizes, para que se possa dar prosseguimento à formação inicial de professores da educação básica em cursos de nível superior. Sobre os conteúdos em que cada instituição que rege o ensino superior em geografia devem seguir, este parecer relata que: Núcleo específico- conteúdos referentes ao conhecimento geográfico; núcleo complementar- conteúdos considerados necessários à aquisição de conhecimento geográficos e que podem ser oriundos de outras áreas de conhecimento, mas não excluem os de natureza específica da geografia; núcleos de opções livres- composto de conteúdo a serem escolhidos pelo próprio aluno. 29 Ainda vale ressaltar que no caso das licenciaturas, deverão ser incluídos os conteúdos definidos para a educação básica, didática próprias de cada conteúdo e as pesquisas que as embasam.

Com referência ao estágio e as atividades complementares, é necessário que entendamos a divisão entre conjunto de atividades acadêmicas que é definido pela IES para a integralização de um curso, e atividade acadêmica considerada de suma importância para que o estudante possa adquirir o saber e habilidades necessárias para o cumprimento de sua formação, contemplando os processos avaliativos, todas estas atividades ligadas a articulação entre teoria e a prática. Todas essas atividades ficam sob a organização do colegiado do curso, assim como o processo avaliativo, mas também em consonância com os critérios definidos pela IES. Nesse embate podemos destacar dois níveis de formação que é o bacharelado e a licenciatura trazendo consigo suas possíveis diferenciações.

Segundo Queiroz e Tavares (2001), relatam que para compreender a diferenciação do profissional de geografia, ou seja, o bacharel e o licenciado é necessário subdividi-los. Para Vieira (1997) a licenciatura é voltada para a preparação do profissional de ensino Fundamental e médio. Portanto o professor de Geografia é considerado como o profissional com titulação de licenciado em geografia, cuja instituição formadora oferece ao acadêmico a preparação para o exercício da docência de modo que ele só tenha domínio do conteúdo, como conheça as principais técnicas e



meios de transmitilos, ou seja, a instituição faz um elo entre a teoria e a prática no aprender a ensinar, o curso possui duração entre quatro ou até seis anos.

O bacharelado em Geografia geralmente possui esta mesma duração, mas dependendo da área de interesse do aluno o curso pode variar, cuja caracterização contém conceitos teóricos e práticos, uma vez graduado é possível cursar uma pósgraduação nos moldes Lato Sensu- Mestrado (quando se usa teorias existentes em problemas novos) ou Stricto Sensu – Doutorado - (quando se cria uma nova teoria para resolver um problema.

Conforme Queiroz e Tavares (2011), sobre o objetivo a ser seguido, após a formação em bacharelado de Geografia, o mesmo deve desempenhar, diversas atividades e consultoria em planejamento e meio ambiente, além de realizar pesquisas em empresas e órgãos públicos e privados, bem como, na docência e pesquisas acadêmicas nas instituições universitárias. 30 Todas estas atribuições são de extrema importância para que aja coerência dentro dos âmbitos universitários, ou seja, instituições que recebem o ensino superior em Geografia, promovendo profissionais capacitados para exercerem as suas profissões, com especificidade para o profissional da docência em Geografia. Portanto a formação é algo de extrema importância para a realização e transformações sociais e econômicas num país.

Portanto torna –se evidente que a prática de uma educação contextualizada é um desafio para os professores de Geografia tendo em vista a necessidade de uma prática pedagógica repensada e planejada para o que entendemos por práxis. Sobre a formação do professor de Geografia percebe-se uma necessidade de uma formação crítica, onde o docente se coloque como mediador capaz de despertar a capacidade do aluno para a construção de conceitos e conhecimento pertinentes à ciência geográfica.

Formação do professor de Geografia, percebeu-se ainda a necessidade de uma formação que desenvolva nos acadêmicos os paradigmas do novo educador promovendo uma reflexão mais aprofundada sobre os conhecimentos teóricos e práticos para que possa desenvolver habilidades através de métodos elaborados dia após dia, buscando sempre uma competência de profissional responsável do professor como mediador de conhecimento condizentes com a realidade na qual o aluno está inserido.

Sobre o perfil do educador contemporâneo é aquele que se posiciona diante dos possíveis obstáculos, motiva e estimula seus alunos perante a sociedade, onde o mesmo media os saberes em



prol de uma aprendizagem crítica sobre as complexas relações no cotidiano social, escolar, ambiental e político no qual a discente está inserido. Ele deve buscar novos meios para envolvê-los nas questões política, promovendo resultados de uma *ação-reflexão-ação*. Nesse novo educador o que se privilegia em primeiro lugar é o método (forma) e em segundo lugar o conteúdo, ou seja, ele não aceita o ato pedagógico como neutro, o mesmo forja-se em prol de um melhor aprimoramento profissional, tendo assim competência em perceber que em um ambiente profissional é preciso investir neste aprimoramento, para então resultar num novo e crescente bloco histórico crítico, propulsor de mudanças positivas no âmbito do ensino.

REFERENCIAS

ALVES, Rubem. O preparo do educador. In: BRANDÃO, Carlos R. (Org.). **O Educador: vida e morte**. 12 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982 [2002]. p. 13 – 28.

BORDENAVE, J.D; PEREIRA, A. M. **Estratégias de Ensino – Aprendizagem**. 29 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 303.

BORDENAVE, J.D; PEREIRA, A. M. **Estratégias de Ensino – Aprendizagem**. 29 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 306.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio**. Brasília: MEC/CNE, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários a prática educativa**. 49 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. p. 143.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra: Ecopedagogia e educação sustentável**. (online) disponível na internet via <http://www.antroposmoderno.com/word/pedadaterra.doc>. Extraído em 08 de setembro de 2005.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. 4º ed. Campinas, SP: Alínea, 2005.



III CONEDU
CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

KATO, D. S.; KAWASAKI, C. S. As Concepções de Contextualização do Ensino em Documentos Curriculares Oficiais e de Professores de Ciências, *Ciência & Educação*, v. 17, n. 1, p. 35-50, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Projeto e Relatório de Pesquisa**. In: **Metodologia do Trabalho Científico**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. Cap. 4, p. 103-140.

Parecer CNE/CES nº492/2001, aprovado em 03 de Abril de 2001, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I; CACETE, N.H. **Para Ensinar e Aprender Geografia**. São Paulo: Ed. Cortez, 2007. P.383.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I; CACETE, N.H. **Para Ensinar e Aprender Geografia**. São Paulo: Ed. Cortez, 2007. P.114.

VESENTINI, J.W. (org.). **O ensino de geografia no século XXI**. 2 ed. Campinas- SP: Papirus,2004.